



Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

| Memória de Reunião | | |
|--|---------|------------------------|
| Identificação | | |
| Reunião para apresentação dos projetos do CNJ que integram o PJ 4.0, notadamente a PDPJ-Br, e que são executados em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. | | |
| Data | Horário | Local |
| 21/03/2022 | 15:00 | Reunião Remota – WEBEX |

| Participantes | |
|--|--|
| Nome | Unidade |
| Dr. Valter Shuenquener De Araújo | Secretário Geral |
| Dr. Marcus Lívio Gomes | Juiz Auxiliar - SEP |
| Dr. Alexandre Libonati de Abreu | Juiz Auxiliar - DTI |
| Dr. Fábio Ribeiro Porto | Juiz Auxiliar - DTI |
| Dr. Rafael Leite Paulo | Juiz Auxiliar -DTI |
| Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar | Juíza Auxiliar - SEP |
| Dra. Livia Cristina Marques Peres | Juíza Auxiliar - SEP |
| Dr. Dorotheo Barbosa Neto | Juiz Auxiliar - SEP |
| Dra. Tricia Navarro Xavier Cabral | Juíza Auxiliar - SEP |
| Thiago de Andrade Vieira | Diretor - Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTI |
| Flávio Feitosa Costa | Coordenador - Coordenadoria de Apoio à Governança de TIC |
| Mentores Técnicos do DTI | Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTI |
| Representantes do ECP | Escritório de Projetos Corporativos - ECP |
| Representantes do PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD |
| Representantes dos Tribunais do Poder Judiciário | Tribunais do Poder Judiciário |

| Pauta |
|---|
| ○ Abertura com o Dr. Alexandre Libonati, Juiz Auxiliar do DTI |



Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

- Apresentação dos projetos pelo Flávio Feitosa, Coordenador da Coordenadoria de Apoio à Governança de TI

Desenvolvimento:

1. O **Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação** realizou o segundo encontro com o Judiciário brasileiro, para a apresentação do portfólio de projetos de TIC, notadamente, para os órgãos que integram o Programa Justiça 4.0 e os que têm impacto nacional. O encontro será mensal e tem caráter informativo

Dr. Alexandre Libonati iniciou o encontro atualizando os tribunais sobre a certeza de projeto do CNJ. Trouxe dois destaques pela aprovados pelo plenário, de duas resoluções importantes.

O Primeiro destaque é a Resolução N° 444, de 25/02/2022, que institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais.

A grande novidade do BNP é a previsão de desenvolvimento em sua 2 fase ferramenta com emprego de inteligência artificial que permite a identificação e tratamento no lote de processos aos quais os precedentes se apliquem, e este projeto de precedentes está inserido no programa justiça 4.0.

O segundo destaque é a Resolução N° 446, de 14/03/2022, que institui a plataforma Codex como ferramenta oficial de extração de dados estruturados e não estruturados dos processos judiciais eletrônicos em tramitação no Poder Judiciário Nacional e dá outras providências.

O Codex é um dos projetos prioridade de gestão do ministro, e já se encontra em funcionamento, hora em fase de expansão e implantação em todos os tribunais.

2. Destacou-se que o prêmio instituído para os revisores do código do PJE, e que foi instituído para incentivar a revisão, e por ainda ter lentidão acaba atrasando o lançamento das novas versões.
3. Apresentou-se também os destaques negativos, como a organização social que desenvolvia o Sistemas Nacionais de Adoção - SNA, pediu a rescisão do contrato, o que deve atrasar a entrega prevista para agosto.

A licitação aberta pelo PNUD para a escolha de empresa que dará suporte na implantação do PJE não teve propostas, o que gerou um novo contato com possíveis interessadas a realização de uma segunda audiência pública, e a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, e que vai gerar um impacto no cronograma de suporte previsto para início, em maio de 2022.



Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

4. **O Coordenador de Apoio a Governança de TIC**, apresentou a visão da carteira de projetos.
5. Importante salientar que os encontros ocorrerão periodicamente para reportar sobre o monitoramento do Portfólio dos Programas e Projetos de TIC, alinhado a proposta de operacionalizar a Rede de Escritórios de Projetos Nacional
6. fortalecimento da gestão de projetos no âmbito do Judiciário, e de atuar na estruturação da Rede de Escritórios de Projetos de TIC Nacional.
7. **Dr. Rafael Leite encerrou** a reunião informando que o objetivo do CNJ é manter transparência pública, construir um ambiente novo de colaboração nos projetos, transformar a inovação e iniciativas de cada tribunal em medidas de âmbitos nacionais que são reaplicadas facilmente permitindo o aproveitamento do trabalho desenvolvido, focar em novos desafios, implantar um ambiente de TIC mais rápido, mais consistente onde todos consigam colaborar e se auxiliar na medida do possível.

| Tarefas | | |
|--------------|-----------|-------------|
| | Descrição | Responsável |
| 01 | | |
| | | |
| Observação | | |
| N/A | | |
| Autenticação | | |
| Responsável | Data | Assinatura |
| | | |